

**AgRg nos EDcl no HABEAS CORPUS Nº 423.772 - PE (2017/0288714-6)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : ALEXANDRE PORTELA LIMA**  
**ADVOGADO : JOSE RAFAEL FONSECA DE MELO - PE0026291**  
**AGRAVADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO *HABEAS CORPUS*. *WRIT* SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE. DOSIMETRIA DA PENA. PENA-BASE. ART. 59 DO CÓDIGO PENAL – CP. VALORAÇÃO NEGATIVA DA PERSONALIDADE, MOTIVOS, CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. *MANDAMUS* NÃO CONHECIDO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. *DECISUM* MANTIDO POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Por se tratar de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio que, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ, é inadmissível, ressalvada a possibilidade de concessão da ordem de ofício, que não é o caso.

2. O refazimento da dosimetria da pena em *habeas corpus* tem caráter excepcional, somente sendo admitido quando se verificar de plano e sem a necessidade de incursão probatória, a existência de manifesta ilegalidade ou abuso de poder.

3. É certo que a dosimetria da pena deve ser feita seguindo o critério trifásico descrito no art. 68, c/c o art. 59, ambos do Código Penal – CP, cabendo ao Magistrado aumentar a pena de forma sempre fundamentada e apenas quando identificar dados que extrapolem as circunstâncias elementares do tipo penal básico.

4. Com efeito, o ordenamento jurídico não estabelece um critério objetivo ou matemático para a avaliação das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, sendo admissível certa discricionariedade do órgão julgador, desde que baseado em circunstâncias concretas do fato criminoso, de modo que a motivação do édito condenatório ofereça garantia contra os excessos e eventuais erros na aplicação da resposta penal.

5. Na hipótese dos autos, a valoração negativa do vetor da **personalidade** está devidamente fundamentada, haja vista que as instâncias ordinárias destacaram o descaso e a insensibilidade do paciente com a vida humana, tendo sido ressaltado pelo Juízo sentenciante que *atingiu a pessoa de Vitória e sequer demonstrou arrependimento, sequer prestou um socorro. Deixou a vítima prostrada em frente sua casa em estado grave, com risco de vida e não teve a mínima atenção para pelo menos providenciar uma ambulância (...)* Demonstra que pouco se

*preocupa com a vida humana.*

6. Do mesmo modo, mostra-se bem valorado desfavoravelmente os **motivos** do crime, pois com o pretexto de afugentar o que acreditou ser supostos assaltantes, efetuou disparos em direção à via pública, restando consignado na sentença que *sem a devida instrução para usar arma de fogo, que possuía sem autorização e sem registro, sem motivo algum resolveu atirar em direção à via pública, assumindo o risco de atingir a qualquer pessoa. Atingiu a pessoa de Vitória, merecendo, assim maior censura.*

7. Outrossim, os fundamentos das instâncias ordinárias são idôneos em relação a valoração negativa das **circunstâncias** e **consequências** do crime, ao asseverarem que o paciente, localizado no primeiro andar de um prédio resolveu atirar *para rua em horário de circulação de pessoas, em local de comércio (...) que expõe em risco a vida de todos e de qualquer um indiscriminadamente"*, assim como o resultado que extrapolou o tipo penal da lesão corporal grave, porquanto a vítima ficou paraplégica sendo destacado, ainda, pelo Magistrado de primeiro grau que *"a consequência foi grave, com enfermidade incurável de uma mulher ainda jovem, que pelo resto da vida haverá de realizar necessidade fisiológica deficiente, a depender de terceira pessoa para se locomover em uma cadeira de rodas.*

8. Agravo regimental desprovido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Felix Fischer, Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca e Ribeiro Dantas votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator